INCLUSÃO DIGITAL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: AUXÍLIOS PARA QUÊ?

Adauton Ezequiel Müller[1]
Ketlin Elís Perske[2]
Andréa Forgiarini Cecchin[3]
Rosane Carneiro Sarturi[4]

Resumo: Este trabalho problematiza a temática da assistência estudantil e da inclusão digital na educação superior. Trata-se de pesquisa qualitativa, do tipo exploratória, realizada a partir de revisão bibliográfica, análise documental e questionários on-line, desenvolvida a partir de recortes de estudos vinculados aos cursos de Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional e ao Doutorado em Educação da UFSM. O estudo objetiva contribuir para as reflexões acerca da importância dos auxílios inclusão digital para a permanência dos estudantes na educação superior.Fundamenta-se em marcos legais da política de assistência estudantil e em teóricos que discutem a inclusão digital. Conclui-se que para a permanência dos estudantes na educação superior são necessárias as ações de inclusão digital, uma vez que elas se constituem em uma importante estratégia para o alcance das condições materiais (acesso à equipamentos eletrônicos e pacotes de dados de internet), que permite ao estudante uma melhor participação nas atividades acadêmicas. No entanto, nas duas universidades pesquisadas o referido auxílio não é institucionalizado, tendo ficado a oferta restrita somente ao período pandêmico. Ademais, nas falas dos estudantes participantes percebeu-se a importância da aquisição de equipamentos que atendam às necessidades acadêmicas, visto que muitas atividades passaram a ser realizadas de modo *on-line* desde a pandemia, como *lives*, aulas, bancas.
Palavras-chave: Educação Superior; Assistência Estudantil; Inclusão Digital; Permanência, Tecnologias na educação

INTRODUÇÃO

Este estudo apresenta como temática a assistência estudantil na educação superior, no que diz respeito à inclusão digital, que ganhou maior repercussão a partir do período pandêmico da Covid-19, no qual foram implementadas ações emergenciais nas Instituições Federais de Ensino (IFES), porém grande parte não foi institucionalizada.

O presente artigo foi organizado no âmbito da pós-graduação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), a partir de um recorte da pesquisa do Curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional, já concluída, intitulada: "Assistência Estudantil e

[1]Doutorando do Curso de Doutorado em Educação, pela Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: adauton.muller@ufsm.br
[2]Doutoranda do Curso de Doutorado em Educação, pela Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: ketlin.perske@ufsm.br
[3]Professora Titular do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, Rio Grande do Sul, E-mail: andrea.cecchin@ufsm.br
[4]Professora Titular do Departamento de Administração Escolar da Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: rcsarturi@gmail.com

Inclusão Digital: da implementação à institucionalização de ações na UFSM" e da pesquisa do Curso de Doutorado em Educação, em andamento, intitulada "Políticas Públicas de Assistência Estudantil na Educação Superior: desafios e perspectivas de duas universidades federais do Rio Grande do Sul em tempos pandêmicos", tendo em vista que os dois estudos[5] apresentam como fio condutor o Programa Nacional de Assistência Estudantil (BRASIL, 2010).

Deve-se ressaltar que a política de assistência estudantil não deve se voltar apenas para as questões de ordem econômica, como auxílios financeiros e bolsas, para que os indivíduos possam realizar as atividades diárias na instituição, mas também devem ser destinados aos aspectos sociais, pedagógicos e psicológicos (ALINE KOWALSKI, 2012).

A partir desta perspectiva, verificou-se nas duas pesquisas que sustentam este trabalho que a inclusão digital é um auxílio que foi implementado de maneira emergencial tendo em vista a suspensão das aulas e atividades presenciais e a adoção das aulas na modalidade remota nas universidades, devido à pandemia de Covid-19 e a necessidade de distanciamento e isolamento social. Assim, a inclusão digital passou cada vez mais a fazer parte do cotidiano dos estudantes, porém esta demanda não se esgotou com o término da crise sanitária.

Helena Sampaio, Pires e Ana Carneiro (2022) tratam da importância da inclusão digital ao afirmarem que o movimento da implementação dos auxílios emergenciais fortaleceu a assistência estudantil nas instituições ao priorizarem ações e processos que, embora importantes, recebiam pouca atenção e tinham pouca visibilidade institucional, como por exemplo a inclusão digital.

Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo exploratória, realizada a partir de revisão de literatura, análise documental e questionários, organizada e compreendida a partir de recortes das duas pesquisas já mencionadas. Os questionários foram encaminhados aos estudantes da UFSM, no formato *on-line*, via Portal Estudantil, no Sistema

[5] Quanto aos aspectos éticos, as duas pesquisas foram aprovadas no Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP UFSM), tendo em vista que apresentam estudantes como participantes dos estudos.

de Questionários da UFSM[6]. Aos estudantes da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), os questionários foram encaminhados pela Plataforma *Encuesta Facil*[7].

O instrumento de pesquisa foi constituído por questões de cunho semiaberto, que tiveram como objetivo indagar aos estudantes sobre seu perfil, sua vivência na universidade, como são ofertadas as ações decorrentes das políticas públicas de assistência estudantil , além de verificar a avaliação, os desafios e as perspectivas no que diz respeito ao objeto deste estudo: o auxílio inclusão digital.

Com o breve panorama exposto, elaborou-se, pois, como questão de pesquisa: **"Os auxílios inclusão digital contribuem para a permanência dos Estudantes na Educação Superior?"** E, a partir do questionamento, apresenta-se como objetivo deste trabalho contribuir para as reflexões acerca da importância dos auxílios inclusão digital para a permanência dos estudantes na Educação Superior.

Deste modo, o trabalho foi estruturado em três tópicos, seguidos desta introdução. O primeiro tratou da Política Nacional de Assistência Estudantil, realizando um breve histórico de modo a estabelecer relações com a inclusão digital. No segundo tópico, foram discutidos brevemente os auxílios de inclusão digital implementados pelas duas universidades. O terceiro tópico buscou verificar como os auxílios foram avaliados pelos estudantes e compreender se a inclusão digital está contribuindo para a permanência destes sujeitos.

A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E A INCLUSÃO DIGITAL

Recentemente foi aprovada a Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024, que instituiu a Política Nacional de Assistência Estudantil. Esta lei pode ser considerada um avanço no que diz respeito às oportunidades para assegurar a permanência de estudantes na educação superior e foi instituída com a finalidade de "ampliar e garantir as condições de permanência dos

[6] O Sistema de Questionários da UFSM, via Portal Estudantil, operacionalizado pelo Centro de Processamento de Dados foi utilizado para envio dos questionários, conforme orientação do Comitê de Ética em Pesquisa para Seres Humanos (CEP UFSM). Este serviço oferece suporte para a realização de questionários *on-line* para pesquisas institucionais e acadêmicas, de Pró-Reitorias, subunidades acadêmicas, pesquisadores e alunos. (UFSM, 2024).

[7] Utilizou-se o programa *Encuesta Facil* para encaminhamento dos questionários aos estudantes da UNIPAMPA pois a Universidade não possui um sistema próprio para envio de pesquisas e questionários à comunidade acadêmica.

estudantes na educação superior e na educação profissional, científica e tecnológica pública federal e de conclusão dos respectivos cursos" (BRASIL, 2024). Apesar de sua recente aprovação em forma de lei, a assistência estudantil tem um longa trajetória.

Em sua trajetória, a primeira organização foi dada pelo Ministério da Educação em 2007, através da Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007 (BRASIL, 2007), sendo resultado da mobilização dos estudantes, por meio da União Nacional dos Estudantes (UNE) e do Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Estudantis (FONAPRACE). Esta Portaria, posteriormente evoluiu para a publicação em 2010, do Decreto 7.234/2010, que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) (BRASIL, 2010) e vigorou até a publicação da lei já mencionada.

Desde a sua sistematização, esta normativa tem oportunizado às Instituições Federais de Ensino (IFES) a viabilidade das ações de assistência estudantil. Por meio do Decreto PNAES, vigente até o início de julho de 2024, foram proporcionadas ações em diversas áreas, dentre elas "moradia, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital [...]" (BRASIL, 2010). Com a aprovação da nova lei ocorre uma ampliação em termos de estruturação de diversos programas, que irão atender as áreas já contempladas pelo Decreto PNAES, mas também outras áreas importantes para a permanência dos estudantes na Educação Superior.

As ações que já estavam contempladas no Decreto 7.234/2010, passaram a integrar o Programa de Assistência Estudantil (PAE), sendo esse um dos diversos programas estabelecidos pela nova lei. Deste programa, neste texto centraliza-se a discussão sobre as ações relacionadas à inclusão digital dos estudantes, as quais podem oportunizar aos estudantes o auxílio das IFES em relação ao acesso às condições materiais (equipamentos e pacotes de dados) e humanas (capacidade de utilização adequada e crítica das tecnologias digitais na educação) para a inclusão digital.

Neste sentido, a inclusão digital deve ser capaz de difundir a variedade de modos de produzir e emitir informações, construindo mecanismos para a melhor inserção cultural e social dos sujeitos e, pensada de um modo complexo, envolvendo a abrangência dos capitais sociais, culturais, técnicos e intelectuais dos indivíduos (LEMOS, 2007). No contexto da educação, as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) permitem que as pessoas não sejam apenas consumidores de informação (LEMOS, 2007), mas a partir de seu uso crítico, consciente e propositivo, assumam a condição de "descobrirem por si mesmas qual tecnologia é útil e para quê" (MAGDA PISCHETOLA, 2016, p. 37).

No âmbito da educação brasileira, a inclusão digital resulta do conjunto de transformações envolvendo a utilização das TDICs diante de uma cultura digital. Neste contexto, o tema é tratado sob diversas abordagens, emergindo na perspectiva dos sujeitos e dos recursos para a ação educativa. Em geral, os enfoques mais pesquisados, fazem parte de preocupações relacionadas à formação de professores, processos educacionais, políticas públicas, currículo e acessibilidade (BÁRBARA NEVES, 2019).

A utilização das TDICs, no contexto da sociedade em rede, "impuseram-se como um elemento cada vez mais importante de mudança nos modos de viver, pensar e comunicar" (Pischetola, 2016, p.9) No âmbito das universidades também foram modificados o ensinar e o aprender, o pesquisar e o estudar, enfim o construir e o compartilhar conhecimento. Diante de uma cultura digital, a educação superior e a aprendizagem tem sido mobilizada a adotar novas dinâmicas, envolvendo a apropriação pelos sujeitos do uso das tecnologias na construção do conhecimento. Essa modificação, foi evidenciada no cenário da pandemia da Covid-19, cuja emergência sanitária obrigou as IFES a produzirem novas formas de organizar e conduzir as atividades, transpondo os seus cotidianos para o *on-line*. Entretanto, tal alteração abrupta nos processos de ensino, a partir da organização em modalidades remotas, de um modo geral evidenciou a desigualdade social e digital dos estudantes.

Neste período, ficou evidente que a inclusão digital, prevista no Programa de Assistência Estudantil (PAE), é uma ação que deveria ser melhor problematizada e adotada com uma maior prioridade, tanto no que diz respeito às medidas que envolvem a oferta de recursos financeiros para a obtenção de equipamentos e pacotes de dados, quanto no sentido de oportunidades de aprendizado para a sua melhor utilização no contexto da educação.

Deste modo, ressalta-se que a inclusão digital é tão necessária e importante quanto, por exemplo, a alimentação e a moradia, pois é capaz de potencializar a concretização do processo de ensino e aprendizagem e colaborar para evitar a retenção e a evasão, conforme objetivado no Programa Nacional de Assistência Estudantil (MÜLLER; ANDRÉA CECCHIN; VANESSA NOGUEIRA, 2023). Tendo em vista a importância deste auxílio para o cotidiano acadêmico, no próximo tópico serão apresentadas ações de inclusão digital implementadas pelas duas universidades participantes deste estudo.

A INCLUSÃO DIGITAL E OS CENÁRIOS ESTUDADOS

Os cenários deste estudo são duas universidades públicas federais, localizadas no interior do Rio Grande do Sul, com estruturas multicampi, porém com históricos distintos. A Universidade Federal de Santa Maria localiza-se na região central do estado do Rio Grande do Sul, sendo fundada em 14 de dezembro de 1960, quando passou a ser a primeira universidade implantada no interior, fora de uma capital brasileira. Possui campus nas cidades de Palmeira das Missões/RS, Frederico Westphalen/RS e Cachoeira do Sul/RS.

A UNIPAMPA foi instituída por meio da Lei nº 11.640, em 11 de janeiro de 2008 (BRASIL, 2008), após reivindicações da população da metade sul do estado do Rio Grande do Sul, que até os anos 2000 tinha dificuldades no acesso à educação superior. Atualmente a instituição possui campus nas cidades de Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana.

No que diz respeito à assistência estudantil, devido ao tempo de fundação, observa-se diferentes cenários nas duas instituições: a UFSM, que teve o primeiro bloco da Moradia Estudantil inaugurado em 1963, apresenta uma assistência estudantil mais consolidada, com restaurantes universitários em todos os campi, bem como a moradia estudantil. A UNIPAMPA avança neste processo, visto que somente um campus não possui restaurante universitário e três já dispõe de moradia estudantil. Para os estudantes que ainda não podem usufruir destes benefícios são pagos auxílios em pecúnia.

No entanto, faz-se urgente uma nova visão sobre a política de assistência estudantil, que vá além dos repasses de recursos financeiros e contemple um atendimento integral aos estudantes, considerando suas condições sociais, econômicas, culturais, físicas, pedagógicas e psicológicas (DÉBORA GARCIA; CARINA MACIEL, 2019). Assim, com a crise sanitária causada pela pandemia de Covid-19 e a necessidade de reorganização das atividades acadêmicas, as ações de assistência estudantil precisaram ser rapidamente reorganizadas de modo a acolher os estudantes que passaram a necessitar ainda mais desta política.

A partir deste panorama, as duas universidades implementaram ações de inclusão digital para que os estudantes pudessem passar a acompanhar as aulas e demais atividades acadêmicas realizadas remotamente. A UFSM ofertou editais de auxílio inclusão digital para aquisição de equipamentos eletrônicos, por meio do qual o estudante recebia o valor em pecúnia de mil e quinhentos reais para aquisição de notebooks, tablets ou similares. Também foi lançado edital

para aquisição de pacotes de dados móveis, através do qual o estudante passou a receber mensalmente o valor de sessenta reais para o custeio de plano de *internet* móvel.

Na UNIPAMPA foi implementado o programa de comodato de celulares e kits de apoio para o acompanhamento das atividades de ensino remoto emergenciais. Além disso, o auxílio inclusão digital para contratar serviços de internet, por meio do qual o estudante recebeu mensalmente o valor de noventa e cinco reais. Ressalta-se ainda que foi recebido do Ministério Público do Trabalho uma doação de cem mil reais, utilizada para aquisição de notebooks. A partir desta breve explanação em relação às duas universidades e aos auxílios de inclusão digital implementados, faz-se necessário compreender como os estudantes enxergam e avaliam estas ações, o que será discutido no próximo tópico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Objetivando refletir sobre os auxílios inclusão digital e a sua contribuição para a permanência dos estudantes na educação superior, são discutidos neste tópico algumas questões importantes sobre a temática observados a partir das pesquisas mencionadas anteriormente.

Inicialmente, cabe destacar a importância da utilização das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) na aprendizagem e na comunicação dos sujeitos diante de uma cultura digital. Elas são uma realidade no cotidiano da educação, em especial na educação superior, e, tem contribuído para a construção do conhecimento na contemporaneidade. Eventos como a emergência sanitária da Covid-19, demonstram a imprescindibilidade da utilização das tecnologias e, a partir disso, a necessidade de políticas públicas que possibilitem as condições necessárias para a inclusão digital dos estudantes. A ideia de que todo mundo está conectado e com equipamentos e serviços adequados mostrou-se muito desigual durante a pandemia (SAMPAIO; PIRES; CARNEIRO, 2022).

Em estudo recente, tendo como cenário a assistência estudantil da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) ficou evidente a necessidade de ações para a inclusão digital. Nesta investigação, observou-se que muitos estudantes não possuíam equipamentos e pacote de dados com qualidade suficiente para garantir a sua comunicação e a permanência nos cursos diante da transposição das atividades acadêmicas para o modo *on-line*. Além disso, foram observadas situações em que houve dificuldade de adaptação dos sujeitos ao ensino remoto, devido a pouca apropriação das pessoas quanto a utilização de determinadas tecnologias e o fato de que muitos

dos jovens, utilizavam equipamentos que eram compartilhados com as demais pessoas de seu convívio familiar (MÜLLER, 2022).

No que se refere ao apoio à aquisição de equipamentos eletrônicos, na UFSM, foram oportunizados pela assistência estudantil os recursos financeiros que possibilitaram o acesso de 1.028 estudantes aos equipamentos. Deste total, 668 receberam o auxílio em 2020 e 360 no ano de 2021. Ademais, em relação à aquisição de pacotes de dados, foram beneficiados o total de 777 estudantes que conseguiram adquirir pacotes de dados móveis para internet mediante o acesso ao recurso financeiro oportunizado. Deste total, 370 em 2020 e 407 no ano de 2021 (MÜLLER, 2022). Estes dados indicam que um quantitativo razoável de estudantes conseguiu melhorar as suas condições para os estudos.

Nesta direção, entende-se que seria importante a manutenção destes auxílios para que um quantitativo maior de estudantes pudessem ter a mesma oportunidade, tendo em vista que, em uma perspectiva no período pós-pandêmico, ao serem questionados em relação a sua avaliação sobre o auxílio inclusão digital, observou-se que o destinado à aquisição de equipamentos eletrônicos, foi o que mais obteve resultados positivos, visto que 23 % dos estudantes referiu estar "satisfeito" e 19 % "muito satisfeito". Observa-se, pois, que os estudantes da UFSM e também UNIPAMPA afirmaram que seria importante continuar com a oferta do auxílio à inclusão digital, conforme é possível observar nos depoimentos: *"Talvez alguma assistência a inclusão digital. Continuar após a pandemia." (E37 UNIPAMPA). "[...] e sejam pensadas formar (sic) de dar acesso a inclusão digital para todos estudantes." (E 21 UFSM).*

Observa-se ainda que a inclusão digital é uma ação que ultrapassa o período de crise, tendo em vista que muitos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica ingressantes após a pandemia também necessitam deste tipo de auxílio, visto que somente com um smartphone não é possível realizar a totalidade das atividades propostas no ambiente acadêmico, conforme ressalta-se nas falas: *"Pois não possuo computador pessoal e fui prejudicado pela falta de aulas presenciais e pelo ensino remoto (só pude pegar duas cadeiras) durante a pandemia. " (E 74 UFSM); "Auxílio permanente para inclusão digital (auxílio para aquisição de notebook, tablet ou similar)" (E 74 UFSM).*

No contexto deste estudo, os estudantes que obtiveram os auxílios para aquisição de equipamentos e pacotes de dados de internet relataram que os recursos oportunizados pela instituição foram importantes para a garantia da utilização da plataforma de estudos (Moodle)

e das diversas plataformas digitais de comunicação, que foram utilizadas para o acesso dos conteúdos relacionados ao aprendizado das disciplinas, para o atendimento às mais diversas atividades voltadas aos projetos de ensino, pesquisa e extensão, bem como ao atendimento psicológico viabilizado pelos profissionais da assistência estudantil realizado na modalidade *on-line* (MÜLLER, 2022).

No cenário da UNIPAMPA, tem-se o seguinte panorama em relação aos auxílios de inclusão digital: os kits de apoio foram disponibilizados para o quantitativo de 43 (quarenta e três) estudantes. Também foram doados 52 (cinquenta e dois) notebooks a estudantes indígenas, quilombolas e deficientes, por meio do Ministério Público do Trabalho. Além disso, o auxílio para contratação de programas de dados móveis foi ofertado a todos os estudantes participantes do Plano de Permanência.

Neste sentido, entende-se que os auxílios proporcionados pelas IFES contribuíram para minimizar a evasão por exclusão[8]. Este tipo de evasão tem relação com o apoio insuficiente da instituição, no que se refere à superação das vulnerabilidades sociais "(renda, gênero, raça, violência, preconceito, discriminação, deficiência), maternidade e paternidade sem cobertura da assistência estudantil" (CAMILA COIMBRA; SILVA; NATÁLIA DREOSSI, 2021, p. 14).

Além disso, no que tange às fontes de informação dos estudantes, percebeu-se uma concentração na utilização de fontes relacionadas às tecnologias digitais. De acordo com a V Pesquisa de Perfil Socioeconômico Nacional do(as) Graduando(as) das IFES, realizada pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis/ANDIFES em 2018, as fontes preferidas são: revistas, jornais e portais de notícias, seguidos de mídias alternativas como blogs e canais de youtbers (ANDIFES/2019). Destaca-se, a seguir, uma síntese da utilização das fontes conforme esta pesquisa:

Quadro 2 - Fontes de informação

Tipo	Percentual
jornais e revistas (mídias eletrônicas)	87%
portais de notícias	46,7%

[8] A evasão por exclusão ocorre quando existe a "perda do vínculo com o curso, instituição ou sistema de ensino superior originada pelas distorções institucionais em suas estruturas didáticas e curriculares ou por incapacidade institucional de combater as vulnerabilidades e garantir o direito à educação" (COIMBRA; SILVA; DREOSSI, 2021, p. 14).

Twitter ou o Facebook (redes sociais)	26,1%
blogs, canais de youtubers (mídias alternativas)	14,1%
televisão	5,6%
outras fontes de informação	5,1%
mídia impressa	1,5%
rádio	0,8%

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de ANDIFES (2019).

A partir da análise sobre as fontes de informação utilizadas pelos estudantes, é possível inferir que as mídias eletrônicas são, preferencialmente, o modo adotado por eles para acessarem as informações e conectarem-se com os acontecimentos na atualidade. Neste sentido, para o alcance de tais fontes de informação, evidencia-se a importância do acesso à equipamentos (celulares, notebooks, tablets, etc.) e pacotes de dados que possibilitem uma boa velocidade e um bom volume de dados, que podem ser viabilizados pela política de assistência estudantil em seus programas de inclusão digital.

A partir destes estudos acerca dos auxílios inclusão digital, viabilizados tanto na UFSM quanto na UNIPAMPA, afirma-se que tais ações se constituem em importantes estratégias para o alcance das condições materiais (acesso à equipamentos eletrônicos e pacotes de dados de internet), que permitem ao estudante uma melhor participação nas atividades acadêmicas quando realizadas *on-line*. Evidencia-se que, na educação superior, no contexto da pandemia da Covid-19, elas foram imprescindíveis, em especial para o conjunto de estudantes atendidos pela assistência estudantil, principalmente aqueles que tiveram o seu ingresso pelas cotas. Entretanto, diante do avanço da utilização das tecnologias na educação, numa cultura digital, estas ações se tornam necessárias para além do contexto de crise já mencionado. A necessidade das ações de inclusão digital são uma realidade. Sendo assim, ela precisa ser institucionalizada, efetivando-se como uma estratégia para a permanência dos estudantes e contribuindo para minimizar a evasão por exclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto neste estudo faz-se inicialmente necessário ressaltar que com a aprovação da Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024, que instituiu a Política Nacional de Assistência Estudantil, vislumbra-se um cenário que busque fortalecer a permanência dos estudantes na educação superior e na educação profissional e tecnológica, visto que a referida Lei expande a política de AE com uma maior gama de ações e programas, incluindo a promoção da saúde mental, da internacionalização e as políticas para pais e mães estudantes. Logo, destaca-se que novos estudos se farão necessários para verificar como esta Lei passará a impactar nas diversas comunidades acadêmicas de nosso país.

Quanto aos cenários e marcos históricos desvelados, a partir das duas pesquisas das quais se originam este estudo, foi possível refletir acerca das ações e programas de assistência estudantil desenvolvidas pela UFSM e pela UNIPAMPA de maneira emergencial durante a pandemia de Covid-19, visto que as ofertas foram realizados de modo diferenciado pelas Pró-Reitorias de Assistência Estudantil, pois tem-se realidades distintas, no que diz respeito à tempo de funcionamento, número de estudantes, número de campi e localização.

No que se refere ao percurso metodológico percorrido, foi fundamental realizar a revisão bibliográfica e análise documental para compreender como estão organizadas as instituições em uma perspectiva de totalidade. Para verificar como as ações de inclusão digital repercutiram no chão da universidade, a aplicação de questionários forneceu os subsídios necessários para refletir sobre os recursos financeiros ou a escassez destes, a avaliação dos estudantes sobre esta oferta e em que medida esta ação impactou na permanência em um período de crise sanitária.

Deste modo, com as falas dos estudantes é possível destacar que a inclusão digital foi um auxílio imprescindível para que muitos estudantes pudessem continuar participando das atividades remotas e assim prosseguir seu percurso acadêmico. Porém, mesmo com o término do período de crise, muitos estudantes ainda permanecem com dificuldades financeiras e/ou estão ingressando atualmente nas universidades e a inclusão digital, por não ter sido institucionalizada em nenhuma das duas instituições pesquisadas, deixou uma lacuna na assistência estudantil. A necessidade da institucionalização vai ao encontro tanto de proporcionar aos estudantes o apoio e a fluência tecnológica quanto para minimizar a possibilidade de evasão.

Por fim, a partir do exposto ressalta-se o esforço das duas instituições em organizar e implementar os auxílios emergenciais em um período de crise sanitária, econômica e social. Proporcionar aos estudantes auxílios no âmbito do transporte, alimentação, inclusão digital,

apoio psicológico foi fundamental para que muitos pudessem continuar seus cursos, mesmo com as realidades acadêmicas alteradas.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das IFES - 2018**. Brasília: ANDIFES, 2019. Disponível em https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-dePerfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf. Acesso em 12 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007.** Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília: Ministério da Educação, 2007. Disponível em http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf. Acesso em 10 jul. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de. Assistência Estudantil – PNAES. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 5, 20 jul. 2010. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em 10 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.640, de 11 de janeiro de 2008**. Institui a Fundação Universidade Federal do Pampa. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 11 jan. 2008. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14914.htm. Acesso em 12 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.914, de 03 de julho de 2024**. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 5, 04 jul. 2024. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14914.htm. Acesso em 10 jul. 2024.

COIMBRA, Camila Lima; SILVA, Leonardo Barbosa e; COSTA, Natália Cristina Dreossi. A evasão na educação superior: definições e trajetórias. **Educação e Pesquisa**, v.47, São Paulo, SP, 2021. Disponível em https://www.scielo.br/j/ep/a/WRKk9JVNBnJJsnNyNkFfJQj/?lang=pt. Acesso em 14 jul. 2024.

GARCIA, Débora Rogéria Neres de Souza ; MACIEL, Carina Elisabeth. **Concepções de Estado e a Materialização do Programa Nacional de Assistência Estudantil –PNAES**. Revista Educação, v.44, 2019. Disponível em https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/31459/pdf . Acesso em 12 jul. 2024.

KOWALSKI, Aline Viero. **Os (des)caminhos da política de Assistência Estudantil e o desafio na garantia de direitos.** 2012. 179 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) -

Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2012. Disponível em https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5137/1/000438212-Texto%2bCompleto-0.pdf. Acesso em 10 jul. 2024.

LEMOS, André. (Ed.). **Cidade digital: portais, inclusão e redes no Brasil**. Salvador: Edufba, 2007.

MÜLLER, Adauton Ezequiel. **Assistência Estudantil e inclusão digital**: da implementação à institucionalização de ações na UFSM. 2022. 225p. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão Educacional) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2022. Disponível em https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/27598/DIS_PPGPPGE_2022_MULLER_ADAUTON.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 12 jul. 2024.

MÜLLER, Adauton Ezequiel; CECCHIN, Andréa Forgiarini; NOGUEIRA, Vanessa Santos. Inclusão Digital na Educação Superior: reflexões sobre as ações no campo da assistência estudantil. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v.18, n. 00, Araraquara, SP, 2023. Disponível em https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/17184/16173. Acesso em 12 jul. 2024.

NEVES, Barbara Coelho. **Inclusão digital na educação:** ciborgues, hackers e políticas públicas**.** Curitiba: CRV, 2019.

PISCHETOLA, Magda. **Inclusão digital e educação**: a nova cultura da sala de aula. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2016.

SAMPAIO, Helena; PIRES, André; CARNEIRO, Ana Maria. De volta ao futuro? A pandemia de Covid-19 como catalisadora de mudanças no ensino superior. **Revista Humanidades e Inovação**, v.9 , n.01, Palmas/TO, 2022. Disponível em fhttps://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/7268. Acesso em 10 jul. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Apoio ao Sistema de Questionário. Santa Maria: Centro de Processamento de Dados, 2024. Disponível em ttps://www.ufsm.br/orgaos-suplementares/cpd/servicos/apoio-ao-sistema-de-questionario/. Acesso em 12 jul. 2024.